



ESTADO DE MATO GROSSO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ**

**CNPJ 03.507.498/0001-71**

Praça São Francisco de Assis, nº 128 - Centro - CEP 78.325-000 - Aripuanã/MT  
(66) 3565-3900- ouvidoria@aripuanana.mt.gov.br - https://www.aripuanana.mt.gov.br/

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 049/2025**

**Modalidade:** Inexigibilidade

**Número/Ano:** 9/2025

**Data de abertura do processo:** 17/04/2025

**Data de abertura:**

**Hora de abertura das propostas:**

**Local:**

**Objeto da Licitação:** Contratação de clínica especializada em tratamento de paciente dependente químico, afim de atender a ordem judicial nº 1000448-39.2019.8.11.008 MP/MT, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã-MT.

**Locais de entrega**

1.09.002.2066 - MANUTENCAO TFD	R\$ 60.000,00
<b>Valor total</b>	<b>R\$ 60.000,00</b>

**Dotações orçamentárias**

09.002.10.302.0015.2066.3.3.90.39.1.500.1002000	R\$ 60.000,00
---	---------------

Comunicamos, a quem interessar possa, que se encontra a disposição dos interessados, no(na) o processo licitatório acima descrito durante o horário de expediente.

ARIPUANÃ, 30 de Abril de 2025

---

**HILARIANE HILARIO DA SILVA**

Agente de Contratação



## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)

**Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto.): SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E CULTURA**

**Responsável pela Demanda:**

**Matrícula/ Portaria:** 18.139/2025

Evandro Carlos de Oliveira

**E-mail:** setec@aripuanã.mt.gov.br

**Telefone:** (66) 3565-3900

**Objeto:**

- ( ) Serviço não continuado
- ( ) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- ( ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra
- ( ) Material de consumo
- ( X ) Material permanente / equipamento

**Forma de Contratação sugerida:**

- ( ) Modalidades da Lei n.º 14.133/2021:
- ( ) Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços
- ( ) Dispensa Presencial
- ( X ) Adesão à IRP de outro Órgão Eletrônico

### 1. Justificativa da necessidade da contratação/aquisição do produto:

1.1. Será contratada empresa na modalidade de adesão à Ata de Registro de Preços n° 002/2024, referente ao Processo licitatório N°: 004/2024, Pregão eletrônico N°: 003/2024 realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião da Alto do Sapucaí - CIMASP, cujo objetivo é a aquisição de brinquedos e parques infantil em atendimento a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura deste município de Aripuanã-MT, na cidade de Aripuanã - MT.

1.2. Trata-se da necessidade da aquisição de brinquedos e parques infantis para instalação no ponto turístico Mirante Salto das Andorinhas, em Aripuanã-MT, fundamenta-se na necessidade de oferecer infraestrutura adequada para lazer e recreação infantil, promovendo a inclusão social e o bem-estar das famílias que visitam o local.

1.3. A instalação desses equipamentos contribuirá significativamente para o fortalecimento do turismo local, tornando o mirante um espaço mais atrativo e acessível para visitantes de diferentes faixas etárias. Além disso, a disponibilização de áreas de recreação infantil atende à demanda da comunidade, incentivando a permanência dos turistas por mais tempo no local e estimulando o comércio e o desenvolvimento regional. Os brinquedos e parques a serem adquiridos seguirão as normas de segurança e acessibilidade, garantindo um ambiente seguro e adequado para as crianças.

1.4. A implantação desses equipamentos visa fomentar o turismo, tornando o mirante mais atrativo para a comunidade e visitantes, além de incentivar o lazer e a interação social. A utilização da Ata de Registro de



Preços possibilita a obtenção dos itens com maior celeridade, economicidade e segurança jurídica, garantindo que os produtos adquiridos atendam aos requisitos de qualidade e durabilidade necessários para uso em espaços públicos.

1.5. Dessa forma, a adesão à referida Ata representa a melhor alternativa para atender às demandas da administração pública, promovendo o desenvolvimento turístico e o bem-estar da população local e visitantes.

## 2. Quantidade de material/serviço a ser contratada

ITEM	CÓDIGO DO SISTEMA	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNT
01	718924	GANGORRA DUPLA, OCUPANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 3,00x1,50M, CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO ATRAVÉS DE PROCESSO DE AUTOCLAVE, UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 12 A 14CM COMPOSTO POR DOIS TRONCOS LADO A LADO. O ASSENTO DEVERÁ SER EM MADEIRA PLÁSTICA. O PROJETO, FABRICAÇÃO E MONTAGEM DEVEM ATENDER A NORMA BRASILEIRA NBR ABNT 16071-2 -2021 QUE DIZ A RESPEITO DA SEGURANÇA DE BRINQUEDOS DE PLAYGROUND. TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SE EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERANCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS NOS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR PROTEGIDAS CONTRA OXIDAÇÃO COM TINTAS DE ACABAMENTO. EM TODOS OS TOPOS DOS TRONCOS DEVERÁ SER APLICADO IMPERMEABILIZANTE PARA PREVENÇÃO DE DESGASTE E APODRECIMENTO. OS CANTOS E BORDAS DEVERÃO SER ARREDONDADOS, E AS SUPERFÍCIES DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMAS VIGENTES. COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO.	UN	02
02	718925	CONJUNTO PARQUE RECREATIVO DE PATIO 04 - MÓDULOS E ACESSÓRIOS PARA MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS ADAPTÁVEIS A QUALQUER TIPO DE PISO E ESPAÇO. OBS: APRESENTAR CATALOGO E DA COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS SEPARADOS E AGRUPADOS. MEDINDO APROXIMADAMENTE 6,80X5,60X3,00M. COM ÁREA DE CIRCULAÇÃO 9,80X8,00M. MÓDULO QUADRADO COM MEDIDA APROXIMADA 1,25M., QUADRADOS, COM COBERTURA EM DUAS AGUAS, FIXADOS SOBRE ARMAÇÃO MONOBLOCO EM TUBO RETANGULAR 30X20MM., GALVANIZADOS E PINTADO NA COR MARRON COM REVESTIMENTO EM PLACAS DE POLIETILENO DE 4MM., COM BORDAS ONDULADAS, NA COR VERDE. ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO PELO PROCESSO AUTOCLAVE ( VACUM-FORM), UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13CM. PLATAFORMA DEVERÁ SER REVESTIDAS COM PLACA DE POLIETILENO DE 6MM TIPO XADREZ NA COR VERDE OU MARRON, APOIADO SOBRE BASE	UN	01



		<p>METÁLICA EM TUBOS DE SUSTENTAÇÃO SEÇÃO QUADRADO 50X30MM, PINTADOS NA COR MARRON, INCLUINDO GUARDA CORPO EM AÇO, COM AS DEVIDAS CONEXÕES, PEGADORES E GRADES DE SEGURANÇA EM TUBO DE 22,22 E 25.40MM, COM AS DEVIDAS CONEXÕES, DEMAIS ACESSÓRIOS E PEÇAS METÁLICAS DEVERÃO SER GALVANIZADAS, PINTURA ELETROESTÁTICA A PÓ CORES VARIADAS COM ALTURA DE 1,10M, ATÉ PLATAFORMA E 3,10M, ATÉ O TOPO DA COBERTURA, DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMA VIGENTES COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO. MODULO QUADRADO COM MEDIDA APROXIMADA 1,56M, QUADRADOS, SEM COBERTURA, (COLUNAS) CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO PELO PROCESSO AUTOCLAVE ( VACUM-FORM), UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13CM, PLATAFORMA DEVERÁ SER REVESTIDAS COM PLACA DE POLIETILENO DE 6MM TIPO XADREZ NA COR VERDE OU EM</p>		
03	718926	<p>MODULO ESCORREGADOR PISTA SIMPLES, OCUPANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 2,50X0,50M, COM LEITO DESLIZANTE EM MADEIRA LAMINADA OU FIBERGLASS NA COR MARRON, COM PERCURSO DE 1,90 DE COMPRIMENTO X 0,45, DE LARGURA, ESCADA CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO ATRAVÉS DE PROCESSO DE AUTOCLAVE, UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13 CM, DEGRAUS EM TUBO DE 1" GALVANIZADO. O PROJETO, FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE VEM ATENDER A NORMA BRASILEIRA NBR ABNT 16071-2 -2021 QUE DIZ RESPEITO A SEGURANÇA DE BRINQUEDOS DE PLAYGROUND. TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SER DE EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERÂNCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS NOS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR PROTEGIDAS CONTRA OXIDAÇÃO COM TINTAS DE ACABAMENTO EM TODOS OS TOPOS DOS TRONCOS DEVERÁ SER APLICADO IMPERMEABILIZANTE PARA PREVENÇÃO DE DESGASTES E APODRECIMENTO OS CANTOS E BORDAS DEVERÃO SER ARREDONDADOS, E AS SUPERFÍCIES DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMA VIGENTES, COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO.</p>	UN	01
04	718927	<p>MODULO BALANÇO DUPLO, OCUPANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 3,50X1,80M, CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO ATRAVÉS DE PROCESSO DE AUTOCLAVE, UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13CM COMPOSTO POR DOIS TRONCOS CRUZADOS DE CADA LADO. O ASSENTO DEVERÁ SER EM DECK DE MADEIRA IGUALMENTE TRATADO. O PROJETO, FABRICAÇÃO E MONTAGEM DEVEM ATENDER A NORMA BRASILEIRA NBR ABNT 16071-2 -2021 QUE DIZ RESPEITO A SEGURANÇA DE BRINQUEDOS DE PLAYGROUND. TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SER DE EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERÂNCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS</p>	UN	02



TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SER DE EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERÂNCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS NOS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR PROTEGIDAS CONTRA OXIDAÇÃO COM TINTAS DE ACABAMENTO. EM TODOS OS TOPOS DOS TRONCOS DEVERÁ SER APLICADO IMPERMEABILIZANTE PARA PREVENÇÃO DE DESGASTES E APODRECIMENTO. OS CANTOS E BORDAS DEVERÃO SER ARREDONDADOS, E AS SUPERFÍCIES DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMA VIGENTES, COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO.

**3. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual**

ABRIL/2025

**4. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento**

**Fiscal do Contrato, titular e substituto:**

T - CELSO APARECIDO MELO  
S - RITA MALTEZO

**Gestor do Contrato:**

T - SIMONE MARIA DOS SANTOS

**Orçamentista:**

T - REGIANE DA SILVA DE OLIVEIRA

Submeto Documento de Formalização da Demanda para avaliação.

*Simone Maria dos Santos*

Simone Maria dos Santos

Gestor de Contrato

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário para ciência, para prosseguimento.

*Evandro Carlos de Oliveira*

Evandro Carlos de Oliveira

Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Portaria nº 18.139/2025



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Art. 30, Inciso I do Decreto nº. 4.777/2023).

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as necessidades descritas no Documento de Formalização da Demanda, tendo como parâmetro de pesquisa de preços a adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2024, referente ao Processo Licitatório nº 004/2024 e ao Pregão Eletrônico nº 003/2024 realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião da Alto do Sapucaí - CIMASP, que apresenta os valores praticados pelo Estado e pelos municípios de Mato Grosso.

Trata-se de Contratação de empresa, empresa na modalidade de adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2024, referente ao Processo licitatório Nº: 004/2024, Pregão eletrônico Nº: 003/2024, cujo objetivo é a aquisição de playgrounds, kits infantis, brinquedos e parques em atendimento a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura deste município de Aripuanã-MT, na cidade de Aripuanã - MT.

Considerando que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) trata-se de bens de natureza comum, visto que pode ser objetivamente definido por meio das especificações usuais do mercado.

### 2 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 30, Inciso III do Decreto nº. 4.777/2023)

As aquisições dos materiais serão realizadas de forma única mediante pedido de fornecimento formulado e enviado à licitante contratada com as respectivas quantidades.

As aquisições dos produtos solicitados na forma do subitem anterior dever ser cumprido no prazo estipulado na NAD - Nota de Autorização de Despesa e entrega dos produtos no local do evento estipulados por esta Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Aripuanã – MT.



No preço ofertado na proposta deverá estar incluso todos os custos para o devido cumprimento das prestações dos serviços, tais como mão-de-obra, transporte, equipamentos, materiais e insumos necessários.

Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo de recebimento.

O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

A licitação ocorrerá na modalidade **de adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2024, referente ao Processo licitatório Nº: 004/2024, Pregão eletrônico Nº: 003/2024** realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião da Alto do Sapucaí - CIMASP, cujo objetivo é a aquisição de playgrounds, kits infantis, brinquedos e parques em atendimento a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura.

A empresa contratada nesse processo de adesão à Ata de Registro é obrigada a observar as normas para a entregas dos produtos, tais como:

A contratação de empresa para a aquisição dos materiais não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município.

Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e



as suas expensas. § 1º - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta. § 2º - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais aqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.

Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetua-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais



movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

Considerando que este ETP está voltado com a finalidade de fornecer uma solução necessária e mais vantajosa para a aquisição de brinquedos e parques, sendo que os mesmos contribuirão significativamente para o fortalecimento do turismo local, tornando o mirante um espaço mais atrativo e acessível para visitantes de diferentes faixas etárias. Além disso, a disponibilização de áreas de recreação infantil atende à demanda da comunidade, incentivando a permanência dos turistas por mais tempo no local e estimulando o comércio e o desenvolvimento regional.

**3 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (Art. 30, Inciso IV do Decreto nº. 4.777/2023) E ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO (Art. 30, Inciso VI do Decreto nº. 4.777/2023)**

Com base nos orçamentos apresentados, foram definidas as quantidades máximas para a aquisição dos brinquedos necessários para suprir as demandas do Mirante Salto das Andorinhas. Os brinquedos descritos a seguir fazem parte deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) e atendem às especificações e exigências previstas para o local.

A tabela abaixo apresenta a relação dos itens, bem como o valor unitário e o valor total estimado:

SEQ.	CÓD. DE ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL UNIT.
01	718924	GANGORRA DUPLA, OCUPANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 3,00x1,50M, CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTOTRATADO ATRAVÉS DE PROCESSO DE AUTOCLAVE, UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 12 A 14CM COMPOSTO POR DOIS TRONCOS LADO A LADO. O ASSENTO DEVERÁ SER EM MADEIRA PLÁSTICA. O PROJETO, FABRICAÇÃO E MONTAGEM DEVEM ATENDER A NORMA BRASILEIRA NBR	un	02	R\$ 5.498,45	R\$ 10.996,90



		ABNT 16071-2 -2021 QUE DIZ A RESPEITO DA SEGURANÇA DE BRINQUEDOS DE PLAYGROUND. TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SE EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERANCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS NOS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR PROTEGIDAS CONTRA OXIDAÇÃO COM TINTAS DE ACABAMENTO. EM TODOS OS TOPOS DOS TRONCOS DEVERÁ SER APLICADO IMPERMEABILIZANTE PARA PREVENÇÃO DE DESGASTE E APODRECIMENTO. OS CANTOS E BORDAS DEVERÃO SER ARREDONDADOS, E AS SUPERFÍCIES DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMAS VIGENTES. COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO.				
02	718925	CONJUNTO PARQUE RECREATIVO DE PATIO (04 - MÓDULOS E ACESSÓRIOS PARA MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS ADAPTÁVEIS A QUALQUER TIPO DE PISO E ESPAÇO. OBS: APRESENTAR CATALOGO E DA COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS SEPARADOS E AGRUPADOS. MEDINDO APROXIMADAMENTE 6,80X5,60X3,00M. COM ÁREA DE CIRCULAÇÃO 9,80X8,00M. MÓDULO QUADRADO COM MEDIDA APROXIMADA 1,25M. QUADRADOS, COM COBERTURA EM DUAS AGUAS, FIXADOS SOBRE ARMAÇÃO MONOBLOCO EM TUBO RETANGULAR 30X20MM, GALVANIZADOS E PINTADO NA COR MARROM COM REVESTIMENTO EM PLACAS DE POLIETILENO DE 4MM, COM BORDAS ONDULADAS, NA COR VERDE. ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) CONFECCIONADO EM	un	01	R\$ 30.941,43	R\$ 30.941,43



		TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO PELO PROCESSO AUTOCLAVE ( VACUM-FORM), UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13CM, PLATAFORMA DEVERA SER REVESTIDAS COM PLACA DE POLIETILENO DE 6MM TIPO XADREZ NA COR VERDE OU MARRON, APOIADO SOBRE BASE METALICA EM TUBOS DE SUSTENTAÇÃO SEÇÃO QUADRADO 50X30MM, PINTADOS NA COR MARRON, INCLUINDO GUARDA CORPO EM AÇO, COM AS DEVIDAS CONEXÕES, PEGADORES E GRADES DE SEGURANÇA EM TUBO DE 22,22 E 25.40MM, COM AS DEVIDAS CONEXÕES., DEMAIS ACESSÓRIOS E PEÇAS METÁLICAS DEVERÃO SER GALVANIZADAS, PINTURA ELETROESTÁTICA A PÓ CORES VARIADAS. COM ALTURA DE 1,10M, ATÉ PLATAFORMA E 3,10M, ATÉ O TOPO DA COBERTURA, DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMA VIGENTES. COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO. MODULO QUADRADO COM MEDIDA APROXIMADA 1,56M, QUADRADOS, SEM COBERTURA, (COLUNAS) CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO PELO PROCESSO AUTOCLAVE ( VACUM-FORM), UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13CM, PLATAFORMA DEVERÁ SER REVESTIDAS COM PLACA DE POLIETILENO DE 6MM TIPO XADREZ NA COR VERDE OU EM				
03	718926	MODULO ESCORREGADOR PISTA SIMPLES, OCUPANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 2.50X0,50M, COM LEITO DESLIZANTE EM MADEIRA LAMINADA OU FIBERGLASS NA COR	un	01	RS 5.498,45	RS 5.498,45



		MARRON, COM PERCURSO DE 1,90 DE COMPRIMENTO X 0,45., DE LARGURA, ESCADA CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO ATRAVÉS DE PROCESSO DE AUTOCLAVE, UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13 CM., DEGRAUS EM TUBO DE 1" GALVANIZADO. O PROJETO, FABRICAÇÃO E MONTAGEM DEVEM ATENDER A NORMA BRASILEIRA NBR ABNT 16071-2 -2021 QUE DIZ RESPEITO A SEGURANÇA DE BRINQUEDOS DE PLAYGROUND. TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SER DE EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERÂNCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS NOS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR PROTEGIDAS CONTRA OXIDAÇÃO COM TINTAS DE ACABAMENTO. EM TODOS OS TOPOS DOS TRONCOS DEVERÁ SER APLICADO IMPERMEABILIZANTE PARA PREVENÇÃO DE DESGASTES E APODRECIMENTO. OS CANTOS E BORDAS DEVERÃO SER ARREDONDADOS, E AS SUPERFÍCIES DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NÓRMA VIGENTES. COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO.				
04	718927	MODULO BALANÇO DUPLO, OCUPANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 3,50X1,80M, CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO ATRAVÉS DE PROCESSO DE AUTOCLAVE, UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13CM COMPOSTO POR DOIS TRONCOS CRUZADOS DE CADA LADO. O ASSENTO DEVERÁ SER EM DECK DE MADEIRA IGUALMENTE TRATADO. O PROJETO, FABRICAÇÃO E	iii	02	R\$ 6.988,10	R\$ 13.976,20



MONTAGEM DEVEM ATENDER A NORMA BRASILEIRA NBR ABNT 16071-2 :2021 QUE DIZ RESPEITO A SEGURANÇA DE BRINQUEDOS DE PLAYGROUND. TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SER DE EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERÂNCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SER DE EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERÂNCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS NOS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR PROTEGIDAS CONTRA OXIDAÇÃO COM TINTAS DE ACABAMENTO. EM TODOS OS TOPOS DOS TRONCOS DEVERÁ SER APLICADO IMPERMEABILIZANTE PARA PREVENÇÃO DE DESGASTES E APODRECIMENTO. OS CANTOS E BORDAS DEVERÃO SER ARREDONDADOS, E AS SUPERFÍCIES DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMA VIGENTES, COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO.				
---	--	--	--	--

Para a formação do preço estimado, foi realizada uma pesquisa de preços diretamente com fornecedores do ramo, sendo encontrados 03 (três) fornecedores que disponibilizaram orçamentos. A partir dessa pesquisa, optou-se pela adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2024, referente ao Processo Licitatório nº 004/2024 e ao Pregão Eletrônico nº 003/2024, realizados pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto do Sapucaí - CIMASP.

A adesão à Ata de Registro de Preços foi a alternativa escolhida visando à obtenção de melhores condições comerciais e à conformidade com os procedimentos licitatórios vigentes. Desta maneira, o balizamento dos preços foi realizado pelo menor preço para cada um dos itens, desta licitação.

**4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 30, Inciso VII do Decreto nº. 4.777/2023)**



A realização do processo de adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2024, referente ao Processo Licitatório nº 004/2024 e ao Pregão Eletrônico nº 003/2024, promovido pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto do Sapucaí – CIMASP, justifica-se pela contribuição significativa que trará para o fortalecimento do turismo local. A transformação do mirante em um espaço mais atrativo e acessível para visitantes de diferentes faixas etárias será essencial para impulsionar a visitação. Além disso, a criação de áreas de recreação infantil atenderá à demanda da comunidade, incentivando a permanência dos turistas por mais tempo no local e promovendo o estímulo ao comércio e ao desenvolvimento regional.

Considerando que se trata de itens comuns, a solução mais viável e vantajosa para a Administração realizar a aquisição dos brinquedos desejados é por meio de fornecedores habilitados, conforme processo licitatório. A aquisição será realizada por meio do Sistema de Adesão à Ata de Registro de Preços, na modalidade eletrônica, um sistema que se mostra mais vantajoso, pois visa garantir o perfeito atendimento das necessidades públicas.

A solução que mais atende a de levantamento dos serviços com o valor de mercado e a realização de um processo licitatório de prestação de serviços para atender as aludidas demandas.

#### **5 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (Art. 30, Inciso VIII do Decreto nº. 4.777/2023)**

Os itens elencados neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) não são divisíveis, motivo pelo qual foi adotado o critério de adesão à Ata de Registro de Preços, sem prejuízo à solução da demanda e respeitando as particularidades específicas de cada serviço. Essa opção se mostra mais vantajosa para a Administração, uma vez que a demanda pelos serviços não ocorre de maneira única, mas sim conforme as necessidades desta Secretaria, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

#### **6 – IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 30, Inciso XII do Decreto nº. 4.777/2023)**

A priori, a Prefeitura de Aripuanã – MT apoia e coopera com todas as iniciativas para sustentabilidade, e os itens que serão adquiridos não possuem potencialidade de risco ambiental.

A eventual aquisição contribui para o aumento de plástico polietileno, em contrapartida é solicitado o uso da tecnologia de rotomoldagem, que contribui para uma maior resistência, prolongando assim a vida útil dos brinquedos. Adquirir brinquedos de qualidade garantirão uma economia em longo prazo, uma vez que os mesmos não necessitarão de reposição periódicas. Outro fator determinante para garantir a qualidade e segurança dos brinquedos, é a exigência de laudos, as futuras entregas contribuíram para a melhoria no ambiente escolar, o que beneficia em diversos âmbitos os alunos. A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente. A contratada será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.



**7 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 30, Inciso XIII do Decreto nº. 4.777/2023)**

Diante todo o exposto no presente documento e atendendo as adequações da contratação, a fim de suprir plenamente as necessidades apresentadas, constata-se a viabilidade para a contratação de empresa, por meio de processo de adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2024, referente ao Processo Licitatório nº 004/2024 e ao Pregão Eletrônico nº 003/2024 realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião da Alto do Sapucaí - CIMASP, destinados a atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Aripuanã – MT.

Aripuanã – MT, 19 de março de 2025.

*Simone Maria dos Santos*

Simone Maria dos Santos

Agente Administrativo

*Evandro Carlos de Oliveira*

Evandro Carlos de Oliveira

Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Portaria n.º 18.139/2025



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E**  
**CULTURA**

Mapa de Riscos

Rev.01

Data: 19/03/2025

P. M. A  
 Fls. 29  
 Ass. J

**MAPA DE RISCO**

Em toda aquisição ou prestação de serviços há riscos que permeiam a formalização do contrato e riscos que são voltados à gestão da fiscalização do contrato ou ata de registro de preço. Neste momento preliminar, será construído mapa de riscos presentes nas etapas até a formalização do contrato.

Assim, para fins de definição, entende-se por Ações Preventivas as ações a serem tomadas, com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos riscos. Outrossim, entende-se por Ações de Contingência aquelas necessárias na ocasião dos danos provocados com a materialização dos riscos previstos.

**Objeto:** Abertura do Processo para a contratação de empresa na modalidade de adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2024, referente ao Processo licitatório Nº: 004/2024, Pregão eletrônico Nº: 003/2024, cujo objetivo é a aquisição de playgrounds, kits infantis, brinquedos e parques em atendimento a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura deste município de Aripuanã-MT.

**Sector Requisitante:** Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte de Aripuanã – MT – Departamento de Compras.

**FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

RISCO nº 1					
Formalização inadequada da demanda					
GRAU DE RISCO					
Probabilidade	<input type="checkbox"/> Raro	<input checked="" type="checkbox"/> Pouco Provável	<input type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito Provável	<input type="checkbox"/> Praticamente Certo
Impacto	<input checked="" type="checkbox"/> Muito baixo	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Muito alto
nº	Dano				
1	Contratação de empresa que não atenda à necessidade do órgão; contratação antieconômica, desperdício e prejuízo ao erário; necessidade de novas contratações e custos adicionais para um novo processo.				
nº	Ação Preventiva			Responsável	
1	Modelo de Documento de Formalização da Demanda (DFD) que atende os requisitos contratação.			Sec. Municipal de Turismo Esporte e Cultura	
2	Revisão pela autoridade competente.			Equipe de Apoio e Agente de Contratação	
nº	Ação de Contingência			Responsável	
1	Devolver o Documento de Formalização da Demanda para eventuais ajustes.			Equipe de Apoio e Agente de Contratação	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E**  
**CULTURA**

Mapa de Riscos

Rev.01

Data: 19/03/2025

P. M. A  
Fls. 30  
Ass.

RISCO nº 2					
Estimativa inadequada de preços					
GRAU DE RISCO					
Probabilidade	<input type="checkbox"/> Raro	<input checked="" type="checkbox"/> Pouco Provável	<input type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito Provável	<input type="checkbox"/> Praticamente Certo
Impacto	<input type="checkbox"/> Muito baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Muito alto
nº	Dano				
1	Valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados.				
nº	Ação Preventiva				Responsável
1	Pesquisa de preços elaborada em consonância com os procedimentos definidos no Decreto Municipal nº 4.777/2023 que disciplina a elaboração de pesquisa de preços.				Orçamentista
2	Pesquisa de Preços elaborada e validada após a elaboração do DFD.				Orçamentista
3	Realizar a avaliação sobre a correta formalização da pesquisa de preços.				Agente de Contratação e Assessoria Jurídica (Ressalvas no parecer Jurídico)
4	Revisão da estimativa de preços pela autoridade competente.				Equipe de Apoio e Agente de Contratação
nº	Ação de Contingência				Responsável
1	Não há.				Não há

RISCO nº 3					
Termo de Referência inconsistente					
GRAU DE RISCO					
Probabilidade	<input type="checkbox"/> Raro	<input type="checkbox"/> Pouco Provável	<input checked="" type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito Provável	<input type="checkbox"/> Praticamente Certo
Impacto	<input type="checkbox"/> Muito baixo	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Muito alto
nº	Dano				
1	Contratação desvantajosa para a organização, pagamentos indevidos com prejuízo ao erário e aplicação irregular dos recursos públicos.				
nº	Ação Preventiva				Responsável
1	Termo de Referência elaborado conforme base legislativa e modelo definido pelo órgão fazendário.				Sec. Municipal de Turismo Esporte e Cultura
2	Serviços e atividades bem descritas no Termo de Referência.				Setor requisitante
3	Revisão do Termo de Referência pela autoridade competente.				Equipe de Apoio

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA</b>	<b>Mapa de Riscos</b>
		Rev.01
		Data: 19/03/2025

nº	Ação de Contingência	Responsável
1	Capacitar os servidores escolhidos para a elaboração do referido documento.	Unidade Gestora

RISCO nº 4					
Publicidade deficiente					
GRAU DE RISCO					
Probabilidade	<input type="checkbox"/> Raro	<input checked="" type="checkbox"/> Pouco Provável	<input type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito Provável	<input type="checkbox"/> Praticamente Certo
Impacto	<input type="checkbox"/> Muito baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Muito alto
nº	Dano				
1	Descumprimento do princípio constitucional da publicidade, prática de falha grave, anulação do procedimento.				
nº	Ação Preventiva				Responsável
1	Elaborar checklist com os meios obrigatórios para publicação.				Agente de Contratação
2	Seguir modelo padrão de publicação do órgão.				Equipe de Apoio e Unidade de Assessoria de Comunicação
nº	Ação de Contingência				Responsável
1	Instruir os servidores escolhidos para o procedimento de publicação.				Unidade Gestora

#### FASE DE ANÁLISE: SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO nº 5					
Selecionar fornecedor inadequado à prestação de serviço pleiteada					
GRAU DE RISCO					
Probabilidade	<input type="checkbox"/> Raro	<input checked="" type="checkbox"/> Pouco Provável	<input type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito Provável	<input type="checkbox"/> Praticamente Certo
Impacto	<input type="checkbox"/> Muito baixo	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Muito alto
nº	Dano				
1	Contratação de empresas sem qualificação técnica e econômica adequadas para o cumprimento das obrigações contratuais; contratação de empresa declarada inidônea; adjudicação do objeto a empresa tenha apresentado documentos falso; nulidade do contrato em decorrência de fraude no processo.				
nº	Ação Preventiva				Responsável
1	Servidores capacitados para a análise da contratação.				Equipe de Apoio e Agente de Contratação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E**  
**CULTURA**

Mapa de Riscos

Rev.01

Data: 19/03/2025

P. M. n.  
 Fls. 22  
 Ass.

2	Documentos do checklist recepcionados, analisados e verificados conforme regulamentação vigente, afastando comprometimento com a lisura do procedimento.	Equipe de Apoio e Agente de Contratação
3	Realizada a consulta ao cadastro da empresa para localização de impeditivos de contratação.	Equipe de Apoio e Agente de Contratação
4	Minuta de Contrato submetido à análise jurídica (requisitos formais) da Coordenadoria Jurídica.	Procurador
<b>nº</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1	Processo devolvido para ajustes, ressalvas no parecer jurídico.	Autoridade Competente, Procurador

**FASE DE ANÁLISE: GESTÃO CONTRATUAL**

**RISCO nº 6**

Fiscalização e gestão deficiente do contrato

**GRAU DE RISCO**

Probabilidade	<input type="checkbox"/> Raro	<input type="checkbox"/> Pouco Provável	<input checked="" type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito Provável	<input type="checkbox"/> Praticamente Certo
Impacto	<input type="checkbox"/> Muito baixo	<input type="checkbox"/> Baixo	<input checked="" type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto	<input type="checkbox"/> Muito alto

**nº** **Dano**

1	Deixar de executar de forma eficiente a gestão e fiscalização da ARP, pagamentos indevidos, sobre preço e superfaturamento, fragilidade na instrução processual de penalização de empresas, impossibilidade de responsabilizar as partes do contrato.
---	---

**nº** **Ação Preventiva** **Responsável**

1	Fiscais e gestores de contrato capacitados, em quantidade e com tempo suficiente para fiscalizar e gerenciar.	Unidade Gestora
2	Documentos padronizados de registro e comunicação do fiscal e do gestor do contrato.	Fiscal e Gestor de Contrato

**nº** **Ação de Contingência** **Responsável**

1	Destacar servidores que atuam na gestão e fiscalização de contratos/ARPs para participarem de treinamentos	Unidade Gestora
---	--	-----------------

**RISCO nº 7**

Atraso no fornecimento do objeto/ Prestação de serviço

**GRAU DE RISCO**

Probabilidade	<input type="checkbox"/> Raro	<input type="checkbox"/> Pouco Provável	<input checked="" type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito Provável	<input type="checkbox"/> Praticamente Certo
---------------	-------------------------------	---	--	---	---

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA</b>	<b>Mapa de Riscos</b>  Rev.01  Data: 19/03/2025
---	--	---

Impacto	<input type="checkbox"/> Muito baixo	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto	<input checked="" type="checkbox"/> Muito alto
nº	<b>Dano</b>				
1	Atraso na prestação do serviço devido a logística até o nosso Município.				
nº	<b>Ação Preventiva</b>				<b>Responsável</b>
1	Fiscalizar pontualmente cada ação da contratada com relação a execução do objeto.				Fiscais e gestores
nº	<b>Ação de Contingência</b>				<b>Responsável</b>
1	Advertir e, se necessário, aplicar penalidades previstas em ARP à empresa assim que tomar ciência de irregularidades, visando mitigar prejuízos ao erário.				Fiscais e gestores

RISCO nº 8					
Pagamentos Irregulares					
GRAU DE RISCO					
Probabilidade	<input type="checkbox"/> Raro	<input type="checkbox"/> Pouco Provável	<input checked="" type="checkbox"/> Provável	<input type="checkbox"/> Muito Provável	<input type="checkbox"/> Praticamente Certo
Impacto	<input type="checkbox"/> Muito baixo	<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Alto	<input checked="" type="checkbox"/> Muito alto
nº	<b>Dano</b>				
1	Realização de pagamentos antecipados sem apresentação de garantias, desvinculados de resultados (Qualidade) e sem verificação da regularidade fiscal, desobediência à ordem cronológica de pagamento; superfaturamento em função de pagamento antecipado; prejuízo ao erário.				
nº	<b>Ação Preventiva</b>				<b>Responsável</b>
1	Servidores responsáveis pelos pagamentos capacitados.				Gestor de Contratos, Setor de Contabilidade e Tesouraria
nº	<b>Ação de Contingência</b>				<b>Responsável</b>
1	Apuração de responsabilidade da empresa e servidores por eventuais pagamentos irregulares.				Secretaria demandante e Gestor Público

  
 Evandro Carlos de Oliveira

Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura.  
 Portaria n.º 18.139/2025



**TERMO DE REFERÊNCIA**

LISTA DE COMPRA Nº: 112/2025

**I - OBJETO**

1.1. Contratação de empresa na modalidade de adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2024, referente ao Processo licitatório Nº: 004/2024, Pregão eletrônico Nº: 003/2024, realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião da Alto do Sapucaí - CIMASP, cujo objetivo é a aquisição de playgrounds, kits infantis, brinquedos e parques em atendimento a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura deste município de Aripuanã-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL UNIT.
01	718924	GANGORRA DUPLA, OCUPANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 3,00x1,50M. CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO ATRAVÉS DE PROCESSO DE AUTOCLAVE, UTILIZANDO TORAS COM DIAMETRO MÉDIO DE 12 A 14CM COMPOSTO POR DOIS TRONCOS LADO A LADO. O ASSENTO DEVERÁ SER EM MADEIRA PLÁSTICA. O PROJETO, FABRICAÇÃO E MONTAGEM DEVEM ATENDER A NORMA BRASILEIRA NBR ABNT 16071-2 -2021 QUE DIZ A RESPEITO DA SEGURANÇA DE BRINQUEDOS DE PLAYGROUND. TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SER EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERANCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS NOS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR PROTEGIDAS CONTRA OXIDAÇÃO COM TINTAS DE ACABAMENTO. EM TODOS OS TOPOS DOS TRONCOS DEVERÁ SER APLICADO IMPERMEABILIZANTE PARA PREVENÇÃO DE DESGASTE E APODRECIMENTO. OS CANTOS E BORDAS DEVERÃO SER ARREDONDADOS, E AS SUPERFÍCIES DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMAS VIGENTES, COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA	un	02	R\$ 5.498,45	R\$ 10.996,90



		INSTALAÇÃO.			
		CONJUNTO PARQUE RECREATIVO DE PATIO 04 - MÓDULOS E ACESSÓRIOS PARA MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS ADAPTÁVEIS A QUALQUER TIPO DE PISO E ESPAÇO. OBS: APRESENTAR CATALOGO E DA COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS SEPARADOS E AGRUPADOS. MEDINDO APROXIMADAMENTE 6,80X5,60X3,00M. COM ÁREA DE CIRCULAÇÃO 9,80X8,00M. MÓDULO QUADRADO COM MEDIDA APROXIMADA 1,25M. QUADRADOS. COM COBERTURA EM DUAS AGUAS, FIXADOS SOBRE ARMAÇÃO MONOBLOCO EM TUBO RETANGULAR 30X20MM, GALVANIZADOS E PINTADO NA COR MARRON COM REVESTIMENTO EM PLACAS DE POLIETILENO DE 4MM. COM BORDAS ONDULADAS, NA COR VERDE. ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO PELO PROCESSO AUTOCLAVE ( VACUM-FORM), UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13CM. PLATAFORMA DEVERÁ SER REVESTIDAS COM PLACA DE POLIETILENO DE 6MM TIPO XADREZ NA COR VERDE OU MARRON, APOIADO SOBRE BASE METÁLICA EM TUBOS DE SUSTENTAÇÃO SEÇÃO QUADRADO 50X30MM, PINTADOS NA COR MARRON, INCLUINDO GUARDA CORPO EM AÇO, COM AS DEVIDAS CONEXÕES, PEGADORES E GRADES DE SEGURANÇA EM TUBO DE 22,22 E 25 40MM, COM AS DEVIDAS CONEXÕES., DEMAIS ACESSÓRIOS E PEÇAS METÁLICAS DEVERÃO SER GALVANIZADAS. PINTURA ELETROESTÁTICA A PÓ CORES VARIADAS, COM ALTURA DE 1,10M, ATÉ PLATAFORMA E			
02	718925		un	01	R\$ 30.941,43 R\$ 30.941,43



		3,10M. ATÉ O TOPO DA COBERTURA, DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMA VIGENTES. COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO. MODULO QUADRADO COM MEDIDA APROXIMADA 1,56M., QUADRADOS, SEM COBERTURA, (COLUNAS) CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO PELO PROCESSO AUTOCLAVE ( VACUM-FORM), UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13CM. PLATAFORMA DEVERÁ SER REVESTIDAS COM PLACA DE POLIETILENO DE 6MM TIPO XADREZ NA COR VERDE OU EM				
03	718926	MODULO ESCORREGADOR PISTA SIMPLES, OCUPANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 2,50X0,50M, COM LEITO DESLIZANTE EM MADEIRA LAMINADA OU FIBERGLASS NA COR MARRON, COM PERCURSO DE 1,90 DE COMPRIMENTO X 0,45, DE LARGURA, ESCADA CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO ATRAVÉS DE PROCESSO DE AUTOCLAVE, UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13 CM., DEGRAUS EM TUBO DE 1" GALVANIZADO. O PROJETO, FABRICAÇÃO E MONTAGEM DEVEM ATENDER A NORMA BRASILEIRA NBR ABNT 16071-2 -2021 QUE DIZ RESPEITO A SEGURANÇA DE BRINQUEDOS DE PLAYGROUND. TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SER DE EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERÂNCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS NOS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR PRÓTEGIDAS CONTRA OXIDAÇÃO COM TINTAS DE ACABAMENTO. EM TODOS OS TOPOS DOS TRONCOS DEVERÁ SER APLICADO	um	01	RS 5.498,45	RS 5.498,45



04	718927	<p>IMPERMEABILIZANTE PARA PREVENÇÃO DE DESGASTES E APODRECIMENTO. OS CANTOS E BORDAS DEVERÃO SER ARREDONDADOS, E AS SUPERFÍCIES DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMA VIGENTES. COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO.</p> <p>MODULO BALANÇO DUPLO, OCUPANDO UMA ÁREA DE APROXIMADAMENTE 3,50X1,80M. CONFECCIONADO EM TRONCOS DE EUCALIPTO TRATADO ATRAVÉS DE PROCESSO DE AUTOCLAVE, UTILIZANDO TORAS COM DIÂMETRO MÉDIO DE 11 A 13CM COMPOSTO POR DOIS TRONCOS CRUZADOS DE CADA LADO. O ASSENTO DEVERÁ SER EM DECK DE MADEIRA IGUALMENTE TRATADO. O PROJETO, FABRICAÇÃO E MONTAGEM DEVEM ATENDER A NORMA BRASILEIRA NBR ABNT 16071-2 -2021 QUE DIZ RESPEITO A SEGURANÇA DE BRINQUEDOS DE PLAYGROUND. TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SER DE EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERÂNCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS TODAS AS CONEXÕES DEVERÃO SER DE EMBUTIR, QUE EVITAM PROTUBERÂNCIAS AGUDAS OU CANTOS AFIADOS. AS FERRAGENS UTILIZADAS NOS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR PROTEGIDAS CONTRA OXIDAÇÃO COM TINTAS DE ACABAMENTO. EM TODOS OS TOPOS DOS TRONCOS DEVERÁ SER APLICADO IMPERMEABILIZANTE PARA PREVENÇÃO DE DESGASTES E APODRECIMENTO. OS CANTOS E BORDAS DEVERÃO SER ARREDONDADOS, E AS SUPERFÍCIES DEVERÃO OBEDECER AOS REQUISITOS DA NORMA VIGENTES. COM DEMAIS ACESSÓRIOS PARA</p>	un	02	R\$ 6.988,10	R\$ 13.976,20
----	--------	---	----	----	--------------	---------------



	INSTALAÇÃO.			
--	-------------	--	--	--

1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável, na forma do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 § 3º da Lei e artigo 203 do Decreto Municipal 4.777/2023.

1.2.1. O custo estimado total da contratação é de **RS 61.412,98 (sessenta e um mil quatrocentos e doze reais e noventa e oito centavos)**, conforme tabela acima.

1.3. Os produtos deste processo de adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2024, não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 4.777, de 14 de março de 2023 e Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os produtos deste processo licitatório são caracterizados como comuns.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2024, referente ao Processo licitatório Nº: 004/2024, Pregão eletrônico Nº: 003/2024, tem como objetivo a aquisição de brinquedos e parques infantis para instalação no ponto turístico Mirante Salto das Andorinhas, em Aripuanã-MT, fundamenta-se na necessidade de oferecer infraestrutura adequada para lazer e recreação infantil, promovendo a inclusão social e o bem-estar das famílias que visitam o local.

2.3. A instalação desses equipamentos contribuirá significativamente para o fortalecimento do turismo local, tornando o mirante um espaço mais atrativo e acessível para visitantes de diferentes faixas etárias. Além disso, a disponibilização de áreas de recreação infantil atende à demanda da comunidade, incentivando a permanência dos turistas por mais tempo no local e estimulando o comércio e o desenvolvimento regional. Os brinquedos e parques a serem adquiridos seguirão as normas de segurança e acessibilidade, garantindo um ambiente seguro e adequado para as crianças.

2.4. A implantação desses equipamentos visa fomentar o turismo, tornando o mirante mais atrativo para a comunidade e visitantes, além de incentivar o lazer e a interação social. A utilização da Ata de Registro de Preços possibilita a obtenção dos itens com maior celeridade, economicidade e segurança jurídica, garantindo que os produtos adquiridos atendam aos requisitos de qualidade e durabilidade necessários para uso em espaços públicos.

2.5. Dessa forma, a adesão à referida Ata representa a melhor alternativa para atender às demandas da administração pública, promovendo o desenvolvimento turístico e o bem-estar da população local e visitantes.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução é caracterizada como contratação de empresa para aquisição de parques infantil, pois os mesmos contribuirão significativamente para o fortalecimento do turismo local, tornando o mirante um espaço mais atrativo e acessível para visitantes de diferentes faixas etárias.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



4.2. O fornecedor deverá atender integralmente a descrição de cada item do presente instrumento e constatando que os produtos entregues não estejam dentro da conformidade, será devolvido a empresa fornecedora para a efetiva troca, sem nenhum ônus a esta Unidade Gestora

4.3. O fornecedor deverá cumprir plenamente todas as exigências deste instrumento, bem como do Estudo Técnico Preliminar (em anexo).

4.4. O fornecedor deverá atender todos os requisitos de sustentabilidade que vier a constar no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como nas Legislações vigentes acerca da natureza do objeto a ser contratado.

## 5. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Os materiais do presente termo de referência serão recebidos em remessa única, conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, com prazo não superior a 60 (sessenta) dias após recebimento da nota de empenho - NAD (Nota de Autorização de Despesa).

5.1.1. Executado a contrato, o produto será recebido:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação, mediante recibo assinado pelas partes, 15 (quinze) dias, após o recebimento da Ordem de Fornecimento (NAD - Nota de Autorização de Despesa).

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do item e consequente aceitação, mediante recibo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de verificação.

5.1.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os produtos deverão ser recebidos pelo fiscal, no horário compreendido entre as 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, sendo de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, no seguinte endereço:

SEQ.	LOCAL	TELEFONE	ENDEREÇO	BAIRRO
01.	Mirante Salto dos Andorinhas	(66)3565-3900	R. dá Empa, N° 267,	Centro

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. Os prazos de entrega dos produtos admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas contidas nos termos de contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

a) alteração das especificações, pela Administração.

b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

c) interrupção da execução do contrato por ordem e no interesse da Administração.

d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei.



e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

## **6. GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).



6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

## **7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

7.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento



e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao



SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital,
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

#### Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



13.1. O custo estimado total da contratação é de **RS 61.412,98 (sessenta e um mil quatrocentos e doze reais e noventa e oito centavos)**.

13.2. No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024, REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 004/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 003/2024**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.3.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **10.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



10.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, emitida no máximo em 90 dias da data da sessão inaugural.

## 12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Licença de Funcionamento emitida pela vigilância Sanitária Municipal ou Estadual.

12.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

12.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 13. OBRIGACÕES

### 13.1. Órgão Gerenciador:



13.2. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

13.3. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/21, as especificadas no Edital.

13.4. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;  
13.5. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

13.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor; 8.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;

13.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

#### **14. Da Detentora do Contrato:**

14.1. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.2. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município.

14.2.1. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas. § 1º - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta. § 2º - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

14.3. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

14.3.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais aqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

14.4. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

14.5. Substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento.

14.6. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

14.7. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetua-la de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.



14.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

14.9. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

14.10. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.11. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

14.12. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

14.13. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

## 15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A entrega do produto e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo Município, por intermédio da secretaria requisitante, que acompanhará a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando a empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

15.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o Município terá as seguintes atribuições:

- a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes.
- b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
- c) Assegurar à CONTRATADO acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
- d) Agir e decidir em nome do Município inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas.
- e) Comunicar oficialmente à CONTRATADA quanto à rejeição do(s) produto(s).
- f) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
- g) Exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
- h) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas neste instrumento.
- i) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à CONTRATADA, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.
- j) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à CONTRATADA.



k) Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do Município.

l) No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelos mesmos julgados necessários.

## 16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato,
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

a. O atraso superior a 02 (dois) meses autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## 17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento de 2025.

17.2. A contratação será atendida pelas dotações:

**Estrut. Adm.: 1.12.001.030 - GABINETE DO SECRETARIO DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

**Dotação: 918**

**Fonte: 2.500.0000000 C/C: 16.069-5**



Estado de Mato Grosso  
Prefeitura Municipal de Aripuanã  
Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura.



17.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Aripuanã – MT, 19 de março de 2025.

Evandro Carlos de Oliveira

Secretária Municipal de Turismo, Esporte e Cultura.

Portaria n.º 18.139/2025